

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.968 - SP (2019/0352065-5)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : MAGNO JOSE DOS ANJOS JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : HELDER SILVA - SP416749
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MAGNO JOSE DOS ANJOS JUNIOR objetivando a revogação da prisão cautelar decretada em seu desfavor nos autos da Ação Penal n. 0001126-03.2017.8.26.0451.

Depreende-se dos autos que o recorrente teve prisão preventiva decretada em 24/10/2018, efetivamente cumprida no dia 24/10/2019, e, posteriormente, foi denunciado pela suposta prática do crime de organização criminosa, porque, juntamente com outros seis comparsas, integraria associação criminosa voltada para a prática de delitos, utilizando-se de empresa de compra e venda de veículos, criada para tal finalidade.

Nesta via, sustenta o recorrente a ausência de provas da autoria delitiva, uma vez que seria apenas um vendedor da referida loja, e, ainda, que não teria se apresentado anteriormente em razão de não ter conhecimento do mandado de prisão expedido em seu desfavor.

Por outro lado, informa que outros corréus tiveram a concessão da liberdade provisória, por excesso de prazo para a formação da culpa, logo também teria direito à benesse por se encontrar na mesma situação fática.

Por fim, destaca que seria pai de duas crianças menores de 12 (doze) anos, o que lhe autorizaria responder à ação penal em prisão domiciliar, nos termos do art. 318 do Código de Processo Penal.

Requer, assim, a concessão sumária da ordem constitucional para que relaxada a prisão preventiva ou substituída por medidas cautelares mais brandas ou, até mesmo, por prisão domiciliar.

É o relatório.

Mostra-se inviável acolher a pretensão sumária.

Isso porque, compulsando os autos, verifica-se que o presente reclamo foi interposto desprovido de documentação que viabilizasse o deslinde da controvérsia, na medida em que o recorrente deixou de colacionar aos autos a cópia do *decisum* impugnado, documento indispensável à análise e reconhecimento da aventada ilegalidade embasadora do pedido de concessão sumária da ordem.

E, como se sabe, o rito do *habeas corpus*, bem como do recurso ordinário, pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do aventado constrangimento ilegal suportado, decorrente de Tribunal sujeito a jurisdição desta Corte Superior, providência não efetivada pelo recorrente, advogado, no caso em questão.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. FUNDAMENTAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo de revisão criminal e de recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício.

2. O Colegiado de origem deixou de analisar a suposta ilegalidade do decreto preventivo, pois tal matéria já havia sido objeto de exame no bojo de writ anteriormente manejado em favor do ora paciente (HC n. 0046197-18.2017.8.19.0000). Nesse passo, considerando que o impetrante olvidou-se de apresentar cópia do acórdão exarado no aludido mandamus, o tema não merece apreciação, em virtude da deficiência da instrução do feito.

[...]

5. Habeas corpus não conhecido.

(HC 439.960/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 15/10/2018, grifou-se.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA. TESE DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO IMPUGNADO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. RECURSO IMPROVIDO.

1. O rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a defesa demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do constrangimento ilegal apontado.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 399.987/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017, grifou-se.)

Ante o exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno deste STJ, **indefere-se liminarmente** a inicial do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator